

**CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE
PARAIBUNA S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.
Paraibuna - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. (“Sociedade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de fevereiro de 2020.

CAEPA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2020	2019 (Reclassificado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	204	303	Empréstimos e financiamentos	8	3.169	1.608
Contas a receber	5	299	251	Arrendamento mercantil		3	78
Impostos a recuperar		27	51	Fornecedores		243	211
Outros créditos		59	27	Obrigações sociais		156	214
Total do ativo circulante		<u>589</u>	<u>632</u>	Obrigações fiscais		38	49
NÃO CIRCULANTE				Partes relacionadas	9	8	20
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Outras obrigações		12	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	5	5	Total do passivo circulante		<u>3.629</u>	<u>2.189</u>
Depósitos judiciais		3	3	NÃO CIRCULANTE			
		<u>8</u>	<u>8</u>	Empréstimos e financiamentos	8	3.571	5.497
Intangível	7	7.487	1.787	Partes relacionadas	9	3.357	-
Ativo de contrato	6	2.760	5.951	Total do passivo não circulante		<u>6.928</u>	<u>5.497</u>
		<u>10.247</u>	<u>7.738</u>	Total do passivo		<u>10.557</u>	<u>7.686</u>
Total do ativo não circulante		<u>10.255</u>	<u>7.746</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		<u>10.255</u>	<u>7.746</u>	Capital social		3.200	3.200
TOTAL DO ATIVO		<u><u>10.844</u></u>	<u><u>8.378</u></u>	Prejuízos acumulados		(2.913)	(2.508)
		<u><u>10.844</u></u>	<u><u>8.378</u></u>	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		287	692
		<u><u>10.844</u></u>	<u><u>8.378</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>10.844</u></u>	<u><u>8.378</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	11	6.421	8.400
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	12	(5.690)	(8.055)
LUCRO BRUTO		<u>731</u>	<u>345</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:			
Gerais e administrativas		(269)	(333)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>2</u>	<u>(8)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	12	<u>(267)</u>	<u>(341)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>464</u>	<u>4</u>
Receitas financeiras	13	133	249
Despesas financeiras	13	<u>(1.002)</u>	<u>(910)</u>
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(869)</u>	<u>(661)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	14	-	-
Diferidos	14	<u>-</u>	<u>(2)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(405)</u>	<u>(659)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(405)	(659)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(405)</u>	<u>(659)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1° DE JANEIRO DE 2019		3.200	(143)	(1.849)	1.208
Integralização de capital		-	143	-	143
Prejuízo do exercício		-	-	(659)	(659)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>3.200</u>	<u>-</u>	<u>(2.508)</u>	<u>692</u>
Prejuízo do exercício		-	-	(405)	(405)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>3.200</u>	<u>-</u>	<u>(2.913)</u>	<u>287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAEPA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA LTDA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(405)	(659)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos		-	3
Depreciação e amortização		197	57
Juros sobre empréstimos		773	740
Arrendamento mercantil		6	160
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(48)	(5)
Impostos a recuperar		24	-
Outros créditos		(32)	(44)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		32	615
Partes relacionadas		3.346	(4)
Obrigações sociais		(58)	45
Obrigações fiscais		(11)	12
Outras obrigações		3	(2)
Caixa oriundo das atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		<u>3.827</u>	<u>918</u>
Juros pagos sobre empréstimos		(632)	(714)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>3.195</u>	<u>204</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo de contrato		(1.857)	(458)
Aquisição de ativo intangível		(870)	(4.819)
Baixa de ativo intangível		20	9
Caixa oriundo das atividades de investimento		<u>(2.707)</u>	<u>(5.268)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos:			
Pagamentos de principal		(506)	-
Pagamento de arrendamento mercantil		(81)	-
Integralização de capital social		-	143
Caixa oriundo das atividades de financiamento		<u>(587)</u>	<u>143</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(99)</u>	<u>(4.921)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		303	5.224
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>204</u>	<u>303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. (“Sociedade”), foi constituída em 10 de abril de 2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 (“Contrato”), celebrado com o Município de Paraibuna cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade encontrava-se em operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços da gestão comercial.

1.1. Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)**

Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2021 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

2.5. Reclassificação

Com o intuito de adequar a apresentação do balanço patrimonial as exigências do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 5.951, apresentado na conta de Ativo financeiro em 31 de dezembro de 2019, para a conta de Ativo de Contrato (nota 6), ambas no ativo não circulante.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização e referem-se substancialmente aos serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e outros serviços complementares. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;

A Sociedade transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outros passivos.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

iii. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Vide análise do valor justo de instrumentos financeiros na Nota Explicativa nº 16.

3.2. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.3. Intangível

A Sociedade reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Sociedade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

i. Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.5. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Quando a Sociedade presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- **As receitas de serviço de abastecimento de água:** são reconhecidas quando do fornecimento de águas tratada aos usuários;
- **As receitas de serviços de esgoto:** são calculadas sobre percentuais de faturamento da receita com o abastecimento de água conforme determinado pelo Contrato de Concessão;
- **As receitas acessórias:** são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

3.6. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

3.7. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

a) **Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);**

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17);

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	4	4
Bancos	144	237
Aplicações financeiras	56	62
Total	<u>204</u>	<u>303</u>
Ativo circulante	204	303

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Fundos de Investimentos com rendimento de 0,49% a 1,21% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5. Contas a receber

Representado por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber de clientes	327	280
Perdas estimadas em crédito de liquidação Duvidosa	(28)	(29)
	<u>299</u>	<u>251</u>
Ativo circulante	299	251

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro está distribuído conforme a seguir:

	<u>2020</u>
Vencidas:	
Até 30 dias	179
De 31 a 60 dias	49
De 61 a 90 dias	9
De 91 a 180 dias	6
Acima de 181 dias	25
Total vencidas	<u>268</u>
A vencer:	
Até 30 dias	59
Total a vencer	<u>59</u>
Total contas a receber de clientes	327
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(28)
Total contas a receber de clientes	<u>299</u>

O critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa são os títulos a receber de usuários que possuem títulos vencidos há mais de 180 dias, além da análise da situação financeira de cada cliente e, em caso de processos judiciais de cobrança, em pareceres da respectiva assessoria jurídica. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

6. Ativo de contrato

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo de contrato	2.760	5.951
Total	<u>2.760</u>	<u>5.951</u>

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Quando da conclusão da construção o mesmo é classificado como intangível, a movimentação do ativo no período é o seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	5.951	1.402
Adições (i)	1.857	4.819
Transferências (ii)	<u>(5.048)</u>	<u>(270)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.760</u>	<u>5.951</u>

(i) O saldo refere-se às adições efetuadas no exercício de ativo em construção.

(ii) O saldo refere-se às transferências efetuadas no período para Ativo Intangível devido à conclusão das obras.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

7. Intangível

	Sistema Abastecimento Água	Sistema Esgotamento Sanitário	Investimento na Concessão	Software	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Direito de Uso do Arrend. Mercantil	Total
Custo do intangível bruto									
Saldo em 1º janeiro de 2019	660	38	547	31	16	12	8	-	1.312
Adições	245	6	30	-	3	4	6	164	458
Alienações/baixas	(9)	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Transferências	203	67	-	-	-	-	-	-	270
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.099	111	577	31	19	16	14	164	2.031
Adições	185	640	30	-	4	2	9	-	870
Alienações/baixas	(20)	-	-	-	-	-	-	-	(20)
Transferências	4	5.044	-	-	-	-	-	-	5.048
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.268	5.795	607	31	23	18	23	164	7.929
Amortização acumulada									
Saldo em 1º janeiro de 2019	(53)	(3)	(41)	(2)	(4)	(1)	(2)	-	(106)
Amortização	(27)	(2)	(21)	(1)	(2)	(1)	(2)	(82)	(138)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(80)	(5)	(62)	(3)	(6)	(2)	(4)	(82)	(244)
Amortização	(43)	(44)	(22)	(1)	(3)	(1)	(4)	(82)	(200)
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(121)	(49)	(84)	(4)	(9)	(3)	(8)	(164)	(442)
Valor contábil líquido em 31/12/2019	1.019	106	515	28	13	14	10	82	1.787
Valor contábil líquido em 31/12/2020	1.147	5.746	523	27	14	15	15	-	7.487

A Sociedade aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para Sociedade obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

8. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	6.740	7.105
Total	6.740	7.105

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2020	2019
Estruturado				
Banco Santander Brasil S.A.	(*) IPCA + 7,28% a.a.	15/08/2023	6.740	7.105
Total			6.740	7.105
Passivo circulante			3.169	1.608
Passivo não circulante			3.571	5.497

(*) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, no montante de R\$ 7.000, tem como objetivo a implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade de Paraibuna. A liberação do recurso ocorreu em 30 de agosto de 2018. O prazo total do contrato é de 60 meses com 24 meses de carência e 36 meses de amortização. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamentos trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principal serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de agosto de 2023.

A movimentação dos empréstimos aconteceu conforme a seguir:

	2.020	2.019
Saldo no início do exercício	7.105	7.079
(+) Adição de juros	773	740
(-) Amortização de principal	(506)	-
(-) Amortização de juros	(632)	(714)
Saldo no final do exercício	6.740	7.105

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constantes do contrato, sendo o vencimento antecipado se:

- Contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a R\$ 5 milhões, sem aprovação prévia, exceto para reperfilhamento de dívida;
- Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida;

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

- Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>2.020</u>
2022	2.912
2023	2.585
Total	<u>5.497</u>

Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade cumpriu todas as cláusulas restritivas (*covenants*), quando exigidas, vigentes relativas ao contrato de financiamento.

9. Contas a pagar - partes relacionadas

	2020			2019		
	Contas a pagar	Custos/despesas operacionais	Resultado financeiro	Contas a pagar	Custos/despesas operacionais	Resultado financeiro
GS Inima Brasil Ltda (i)	3.364	(105)	(63)	20	(158)	-
GS Inima Serviços Eirelli	1	-	-	-	-	-
Total	<u>3.365</u>	<u>(105)</u>	<u>(63)</u>	<u>20</u>	<u>(158)</u>	<u>-</u>

- (i) Em 23 de janeiro de 2020 a sociedade firmou um instrumento particular de abertura de linha de crédito com a GS Inima Brasil. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$3.357 está registrado no passivo não circulante.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o valor do capital social é de R\$ 3.200 e está representado por 3.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e estão assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda	3.040.000	95
Enorsul Serviços em Saneamento Ltda.	160.000	5
	<u>3.200.000</u>	<u>100</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

11. Receita líquida

São representadas por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	6.421	8.400
	<u>6.421</u>	<u>8.400</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de construção (i)	2.691	4.945
Tratamento de esgoto	1.362	1.235
Gestão comercial	95	125
Prestação de serviço	2.692	2.499
PIS	(68)	(63)
COFINS	(312)	(289)
Vendas canceladas e descontos concedidos	(39)	(52)
Receita líquida	<u>6.421</u>	<u>8.400</u>

- (i) Refere-se as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade de Paraibuna.

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

12. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

CUSTO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos de pessoal	1.384	1.457
Materiais	299	286
Serviços	300	302
Energia elétrica	600	617
Depreciação/amortização	194	132
Obras civis (i)	2.691	4.945
Outros custos com operação e (recuperação)	222	316
Total	<u>5.690</u>	<u>8.055</u>

- (i) Refere-se as obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água como mão de obra, materiais, serviços, etc.

DESPESAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Com pessoal	3	-
Materiais Adm	3	-
Serviços de terceiros	200	199
Depreciação/amortização	4	4
Publicidade e propaganda	13	12
Perdas estimadas em crédito de liquidação Duvidosa	-	(5)
Outras Despesas	44	131
Total	<u>267</u>	<u>341</u>

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3	165
Juros sobre títulos recebidos	128	84
Variação monetária e cambial ativa	2	-
Total	<u>133</u>	<u>249</u>
Despesa financeira		
Juros sobre financiamentos e debentures	(773)	(740)
Juros sobre títulos pagos	(3)	(5)
Variação monetária e cambial passiva	-	(3)
Outras	(226)	(162)
Total	<u>(1.002)</u>	<u>(910)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(869)</u>	<u>(661)</u>

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

I. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo diferido	5	5
	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5	5
	<u>5</u>	<u>5</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

II. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

CAEPA - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAIBUNA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(405)	(657)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(138)</u>	<u>(223)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças Permanentes	138	221
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Correntes	-	-
Diferido	-	(2)
Total	<u>-</u>	<u>(2)</u>

15. Demonstrações dos fluxos de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

16. Instrumentos financeiros

16.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

16.2. Exposição a riscos de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não apresentava saldo de passivo exposto a riscos de taxas de juros relevantes.

16.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

16.4. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 representam o valor justo em função da natureza e característica dos saldos registrados em balanço. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

17. Cobertura de seguros

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	1.047
Responsabilidade civil	1.000
Riscos operacionais	9.240
Riscos de engenharia	6.117
Veículos	100

18. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

19. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2021.